Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (doravante "Cedro" ou "Companhia"), com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi constituída em 2 de abril de 1883, resultado da fusão das empresas Mascarenhas & Irmãos (Fábrica do Cedro), em funcionamento desde 1872 e Mascarenhas & Barbosa (Fábrica da Cachoeira), é uma Companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPIs, destinados a segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade, e o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e de silvicultura, bem como, a geração, distribuição e transmissão de energia elétrica para consumo próprio, podendo, entretanto, comercializar o excedente de energia elétrica não utilizado.

Atualmente, a Companhia exerce suas atividades através da operação de três fábricas instaladas no Estado de Minas Gerais e também através de suas controladas, Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio (doravante "Santo Antônio") - indústria têxtil instalada em Minas Gerais, na área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE, e Cedro Gestão de Ativos S/A (doravante "Cedro Gestão"), empresa que tem por objeto a atividade imobiliária, locação e arrendamento imobiliário, compra e venda de imóveis.

Reestruturação societária

Em 31 de março de 2014, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, foi aprovada a incorporação da Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte (doravante "Cedronorte"), nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. A incorporação resultará em redução de custos operacionais, administrativos e financeiros das mesmas. Com o resultado desta incorporação a Cedronorte foi extinta e Cedro tornou-se sua sucessora.

O patrimônio líquido da Cedronorte foi avaliado em 28 de fevereiro de 2014, com base no valor contábil, pelo montante de R\$ 57.134, conforme Laudo de Avaliação Contábil para fins de incorporação, emitido por empresa independente especializada. O acervo líquido contábil avaliado em 31 de março de 2014, quando da incorporação está apresentado como segue:

Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	153
Clientes	14.054
Estoques	1.172
Impostos e contribuições sociais	1.398
Outro ativos circulantes	168
Créditos com sociedades interligadas	2.749
Imobilizado	58.444
Outros ativos não circulantes	1.309
Total dos ativos incorporados	<u>79.447</u>
Passivo	
Fornecedores	1.584
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	2.285
Dividendos propostos	1.797
Provisão de IRPJ/CSLL	31
Outros passivos circulantes	1.532
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	9.547
Impostos diferidos	3.722
Honorários de ações tributárias	470
Total dos passivos assumidos	20.968
Acervo líquido	<u> 58.479</u>

O saldo do investimento e de valores a receber e a pagar da Cedronorte junto à Cedro foram eliminados no processo de incorporação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Bases de elaboração, apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e as demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir o "custo atribuído" de edificações e benfeitorias e máquinas, equipamentos e instalações na data de transição para os CPCs, e determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

A publicação dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 9 de março de 2015.

2.3 Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira e suas controladas em 31 de dezembro de 2014 e 2013, apresentadas abaixo:

		% participação		
Razão social	País sede	Total	Votante	
Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	Brasil	85,44%	99,99%	
Cedro Gestão de Ativos S/A	Brasil	99,93%	99,99%	

Conforme mencionado na nota 1, até o mês de março de 2014 a Companhia possuía, também, como controlada a Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte com o percentual de participação de 100%, sendo a mesma incorporada a partir desta data.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre a Companhia e suas controladas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as companhias, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, das duas principais controladas.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

São representadas por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras em títulos de renda fixa e depósitos interfinanceiros acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, cujo risco de mudança de valor justo é insignificante, sendo utilizadas pela Companhia no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.6 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

2.7 Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as categorias de empréstimos e recebíveis e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem empréstimos a controladora, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial.

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são instrumentos financeiros mantidos para negociação. É classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os instrumentos dessa categoria são classificados como circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantido para negociação.

2.7.1 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

2.7.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos são avaliados coletivamente, mesmo se não apresentarem evidências de que estão registrados por valor superior ao recuperável quando avaliados de forma individual. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia e suas controladas na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após o período médio de 90 dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

2.8 Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados como "Outros passivos financeiros".

Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"). Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

2.9 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data de contratação e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "hedge"; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "hedge".

2.10 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usandose o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.11 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras, sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 26). A alíquota efetiva do imposto de renda é calculada levando-se em conta os incentivos fiscais de imposto de renda concedido, sobre as projeções futuras de resultado.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

2.12 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. Conforme faculdade estabelecida pelo CPC 27, a Companhia optou, na adoção inicial dos CPCs, pela atribuição de custo para terrenos, edificações, máquinas e instalações industriais. Os itens adquiridos após a data de transição são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada do ativo, às taxas descritas na Nota 16.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

2.13 Propriedade para investimento

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do período no qual as mudanças ocorreram.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

2.14 Ativos intangíveis

(i) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido é o valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisição de controladas é registrado como "ativo intangível". O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. As perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

(ii) Marcas e patentes

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as marcas e licenças, uma vez que tem vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 a 20 anos.

(iii) Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento e melhoria de sistemas já existentes são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

2.15 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos para venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.16 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

A receita decorrente de incentivos fiscais de ICMS (PROALMINAS - Nota 10), recebida na forma de ativo monetário (crédito presumido), é reconhecida no resultado do exercício ao longo do período correspondente às despesas incorridas de ICMS, objeto da compensação desses incentivos.

2.18 Destinação do lucro

A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio é registrada nas demonstrações financeiras segundo as determinações estatutárias, como um passivo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

2.19 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas em base a relatórios consolidados, que todos os produtos são produzidos na linha têxtil, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui somente um segmento para divulgação: a produção e comercialização de produtos têxteis e afins para o mercado externo e interno.

2.20 Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

(i) Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou diversas emendas e novas interpretações aos CPCs emitidos pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2014.

• Alterações ao CPC 39 - Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos. Os ajustes do CPC 39 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia avaliou se certos ativos financeiros e passivos financeiros se qualificam para a compensação baseando-se pelos critérios das alterações da norma e concluiu não existirem impactos nas demonstrações contábeis.

• Alterações ao CPC 01 (R1) - Divulgação de Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros.

As alterações do CPC 01 (R1) retiram os requerimentos de divulgar o montante recuperável de uma unidade geradora de caixa para a qual o ágio de expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou outro ativo intangível com vida útil indefinida tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo ou reversão de redução ao valor recuperável relacionado a essa unidade geradora de caixa.

A aplicação dessas alterações não teve impactos materiais nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

Alterações ao CPC 38 - Novação de Derivativos e Continuidade de Contabilidade de Hedge

As alterações ao CPC 38 retiram a obrigatoriedade de descontinuar a contabilidade de *hedge* quando um derivativo designado como instrumento de *hedge* é renovado sob determinadas circunstâncias. A alteração também esclarece que qualquer mudança no valor justo do derivativo designado como instrumento de *hedge* derivativo que ocorra em decorrência da novação deve ser incluída na avaliação e mensuração da efetividade do *hedge*.

Como a Companhia não possui nenhum derivativo que tenha sido submetido a novação, a aplicação dessas alterações não apresentaram impactos nas divulgações ou nos montantes reconhecidos nas Demonstrações Contábeis.

• IFRIC 21 - Tributos

O IFRIC 21 endereça o momento de reconhecer um passivo decorrente da obrigação de pagamento de tributos impostos por um governo. A interpretação define tributos e especifica que o fato gerador da obrigação é a atividade que resulta em pagamento do tributo, conforme definido na legislação. A interpretação disponibiliza instruções de como diferentes acordos tributários devem ser contabilizados e, principalmente esclarece que o aproveitamento de uma vantagem econômica ou questões de continuidade na preparação das demonstrações contábeis não implicam em uma obrigação presente da Companhia em pagar um tributo cujo fato gerador ocorrerá em uma operação futura.

A aplicação dessa interpretação não trouxe impactos materiais nas divulgações ou montantes reconhecidos nas Demonstrações Contábeis.

(ii) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas:

- a) IFRS 9 Instrumentos Financeiros;
- b) IFRS 15 Receitas de Contratos com clientes;
- c) Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) Acordo contratual conjunto;
- d) Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis;
- e) Modificações às IAS 16 / CPC 27 e IAS 41 / CPC 29 Agricultura: Plantas produtivas;
- f) Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1) Plano de Benefício Definido: Contribuição do Empregado;
- g) Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2010-2012;
- h) Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2011-2013.

Considerando as atuais operações da Companhia, a Administração não espera que essas normas, interpretações e alterações tenham efeitos relevantes sobre as suas demonstrações contábeis a partir de sua adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionadas às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória e que seus impactos nas Demonstrações Contábeis da Companhia sejam os mesmos da adoção dos pronunciamentos do IASB descritos acima.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são as relacionadas ao imposto de renda e contribuição social diferidos, estimativa de valor justo de instrumentos financeiros derivativos e provisões, as quais estão apresentadas detalhadamente em cada uma das notas explicativas.

(a) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuro.

A Companhia realizou as projeções para recuperação dos impostos diferidos, de acordo com a Instrução CVM 371, considerando o índice atual de inflação. A análise demonstrou a recuperação dos ativos no prazo de 10 anos.

(b) Provisões para riscos

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Na Nota 19, encontram-se divulgados os montantes das contingências que não foram provisionados pela Companhia em função da sua avaliação de que o risco de perda seria "possível". Caso essa avaliação seja alterada para "provável", esses montantes teriam impacto direto no resultado da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão do risco financeiro

(a) Política de gestão de riscos financeiros

A gestão dos riscos financeiros é realizada de forma a orientar em relação às transações, requerendo diversificação e seleção de contrapartes. Regularmente, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são monitoradas, com o propósito de avaliar o resultado e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

Não obstante a Controladora apresentar capital circulante líquido negativo, a gestão do risco de liquidez é realizada considerando as operações consolidadas da Companhia.

(d) Risco de mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros.

(i) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A exposição das taxas de juros está sumarizada na nota de sensibilidade abaixo.

(ii) Risco de taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

A exposição cambial líquida da Companhia e de suas controladas, vinculadas, substancialmente ao dólar norte-americano, é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado		
	Em dólares americanos (US\$ mil)		Em dólares americanos (US\$ mil)		
	2014	2013	2014	2013	
Financiamentos em moeda estrangeira (US\$ mil)	(8.312)	(17.512)	(8.312)	(18.385)	
Fornecedores mercado externo (US\$ mil)	-	(31)	(27)	(61)	
Depósitos em dólar (US\$ mil)	1.021	813	1.456	975	
Contas a receber em moeda estrangeira (US\$ mil)	2.201	2.058	3.120	3.150	
Exposição ativa (passiva) líquida (US\$ mil)	(5.090)	(14.672)	(3.763)	(14.321)	
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP (US\$ mil)	2.341	13.906	2.341	13.906	
Exposição ativa (passiva) líquida após derivativos (US\$ mil)	(2.749)	(766)	(1.422)	(415)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade

Na elaboração da análise de sensibilidade para o risco da taxa de câmbio foi utilizada a cotação do dólar, disponibilizada no mercado financeiro, tendo como cenário provável o dólar cotado a R\$ 2,68 em 2014, conforme entendimento do mercado, divulgado através do Boletim Focus de 13 de fevereiro de 2015. Os cenários II e III foram calculados com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco, que no caso é a cotação futura do dólar. A análise de sensibilidade levou em consideração a exposição ativa ou passiva líquida do Consolidado e da Controladora, sendo que nos casos em que a exposição é ativa, a deterioração da variável de risco, nesse caso, se refere à redução da taxa do dólar, ao passo que nos casos em que a exposição é passiva, a deterioração se refere ao aumento da taxa do dólar. O cenário base foi calculado utilizando-se o dólar de fechamento em 31 de dezembro de 2014, de R\$ 2,6562 .

				Controladora
				2014
	Base	Provável	II_	III
Financiamentos em moeda estrangeira	(22.078)	(22.276)	(27.845)	(33.414)
Depósitos em dólar	2.712	2.736	3.420	4.104
Contas a receber em moeda estrangeira	5.847	5.899	7.374	8.849
Exposição ativa (passiva) líquida	(13.519)	(13.641)	(17.051)	(20.461)
Instrumentos Financeiros Derivativos - SWAP	6.218	6.274	7.843	9.411
Exposição ativa (passiva) líquida após derivativos	(7.301)	(7.367)	(9.208)	(11.050)
Efeito Líquido da Variação Cambial - ganho / (perda)		(66)	(1.907)	(3.749)

				Consolidado
				2014
	Base	Provável	II	III
Financiamentos em moeda estrangeira	(22.078)	(22.276)	(27.845)	(33.414)
Fornecedores mercado externo	(72)	(72)	(90)	(108)
Depósitos em dólar	3.867	3.902	4.878	5.853
Contas a receber em moeda estrangeira	8.288	8.362	10.453	12.543
Exposição ativa (passiva) líquida	(9.995)	(10.084)	(12.604)	(15.126)
Instrumentos Financeiros Derivativos - SWAP	6.218	6.274	7.843	9.411
Exposição ativa (passiva) líquida após derivativos	(3.777)	(3.810)	(4.761)	(5.715)
Efeito Líquido da Variação Cambial - ganho / (perda)		(33)	(984)	(1.938)

(e) Derivativos

Swap

A Cedro contratou *swaps* que visam proteger a Companhia do aumento da cotação do dólar, assim como troca de taxas prefixadas por taxas pós fixadas, que influencia diretamente nos contratos de financiamentos. Os efeitos no resultado são reconhecidos em "receitas financeiras", em contrapartida de "outras provisões" para o saldo de diferencial a pagar e em "outros ativos circulantes" para o saldo de diferencial a receber. As principais condições contratuais são as seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Valor	· Nocional		Indexador		Valor justo) - contábil	Diferencial a
	Vencto	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição	Posição ativa R\$	Posição passiva	(pagar) receber
	mês/ano	R\$ - mil	R\$ mil	•	passiva	mil	R\$ mil	31/12/14
HSBC (b)	2015	1.750	1.750	Pré-fixada 12,90%	CDI+3,85%	1.891	(1.958)	(67)
HSBC (b)	2016	1.167	1.167	Pré-fixada 12,90%	CDI+3,85%	1.041	(1.055)	(14)
HSBC (b) (i)	2015	1.250	1.250	US\$ futuro + 3,98%	CDI+4,60%	1.805	(2.348)	(543)
HSBC (b) (i)	2016	2.500	2.500	US\$ futuro + 3,98%	CDI+4,60%	2.992	(2.504)	488
HSBC (b) (i)	2017	1.250	1.250	US\$ futuro + 3,98%	CDI+4,60%	1.421	(1.025)	396
		7.917	7.917			9.150	(8.890)	260

_	
Saldo de Swap a receber em 31/12/14	260
Diferencial a receber contabilizado em 31/12/13	7.754
Despesa de valor justo das operações em aberto	(7.494)
Ganho em operação de SWAP	6.411
Perda em operação de SWAP	78
Resultado líquido do SWAP	(1.161)

Consolidado

							Valor justo	
		Valor Nocional			Indexador	(mercado	o) - contábil	Diferencial a
		Posição	Posição			Posição	Posição	(pagar)
	Vencto	ativa	passiva	Posição ativa	Posição	ativa R\$	passiva	receber
	mês/ano	R\$ - mil	R\$ mil		passiva	mil	R\$ mil	31/12/14
HSBC (b)	2015	3.500	3.500	Pré-fixada 12,90%	CDI+3,85%	3.782	(3.916)	(134)
HSBC (b)	2016	2.333	2.333	Pré-fixada 12,90%	CDI+3,85%	2.082	(2.110)	(28)
HSBC (b) (i)	2015	1.250	1.250	US\$ futuro + 3,98%	CDI+4,60%	1.805	(2.348)	(543)
HSBC (b) (i)	2016	2.500	2.500	US\$ futuro + 3,98%	CDI+4,60%	2.992	(2.504)	488
HSBC (b) (i)	2017	1.250	1.250	US\$ futuro + 3,98%	CDI+4,60%	1.421	(1.025)	396
·		10.833	10.833			12.082	(11.903)	179

Saldo de Swap a receber em 31/12/14	179
Diferencial a receber contabilizado em 31/12/13	7.699
Despesas de valor justo das operações em aberto	(7.520)
Ganho e perda em operação de SWAP	6.417
Perda em operação de SWAP	(150)
Resultado líquido do SWAP	(1.253)

As operações desses instrumentos financeiros derivativos (*swap*) em aberto em 31 de dezembro de 2014 podem ser sumariadas como segue (Controladora e Consolidado):

(b) HSBC - Contratos com Posição Passiva a CDI 3,85% a. a. vencimento 2015 a 2016

Como parte integrante da estrutura da Nota de Crédito à Exportação (NCE), empréstimo de capital de giro tomado junto ao credor HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, a Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira e sua controlada Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio contrataram operações de *swap* de fluxo de caixa. Esta modalidade de derivativo permite pagamento/recebimento de diferencial de juros e moeda estrangeira durante a vigência do contrato.

Em um contrato específico, a Companhia Cedro Cachoeira e sua controlada Companhia Santo Antônio ficam ativas ("compradas") na ponta pré-fixada a 12,90% e passivas ("vendidas") na ponta corrigida pelo CDI + 3,85%. O diferencial das taxas será apurado e liquidado juntamente com os respectivos vencimentos das parcelas da NCE contratada.

(b) (i) HSBC - Contratos com Posição Passiva a CDI 4,60% a. a. vencimento 2015 a 2017

Em outra estrutura de contrato, a Companhia Cedro Cachoeira fica ativa ("comprada") na ponta Dólar + 3,98% e passivas ("vendidas") na ponta corrigida pelo CDI + 4,60%. O diferencial das taxas será apurado e liquidado juntamente com os respectivos vencimentos das parcelas da NCE contratada.

Cenários	Efeitos Financeiros
----------	---------------------

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cotação do dólar na data da transação for superior a R\$ 2,226	 A Cedro pagará a taxa pós fixada de 100% CDI+4,60% a.a., sendo previsto pagamento trimestral de juros após carência de 1 ano. O HSBC pagará à Companhia o fator de correção de 100% da variação do dólar em relação ao dólar inicial da transação de R\$2,226+3,98% a.a. A Companhia irá apurar ganho no <i>Swap</i> caso o efeito da variação cambial positiva (superior a R\$ 2,226)+3,98% a.a. for superior ao efeito do CDI+4,60% (Passivo Cedro) no período compreendido até o vencimento dos compromissos financeiros em US\$.
Cotação do dólar na data da transação for inferior a R\$ 2,226	A Cedro pagará a taxa pós fixada de 100% CDI+4,60% a.a., sendo previsto pagamento trimestral de juros após carência de 1 ano. O HSBC pagará à Companhia o fator de correção de 100% da variação do dólar em relação ao dólar inicial da transação de R\$2,226+3,98% a.a. A Companhia irá apurar perda no <i>Swap</i> caso o efeito da variação cambial negativa (inferior a R\$ 2,226) for superior ao efeito da taxa de 3,98% a.a. (Passivo HSBC), combinado com o efeito do CDI+4,60% (Passivo Cedro) no período compreendido até o vencimento dos compromissos financeiros em US\$.

(f) Demais instrumentos financeiros

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos com encargos financeiros variáveis, tais como Selic, CDI, TJLP, entre outros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com cenário mais provável (cenário I), segundo avaliação efetuada pela Administração.

Para a realização da análise de sensibilidade demonstrada no quadro a seguir, a Administração utilizou como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes por ocasião do encerramento do exercício, por entender que, devido à volatilidade de mercado, o cenário provável seria equiparado ao de 31 de dezembro de 2014, para aqueles empréstimos e financiamentos atrelados a taxas pós-fixadas, consideradas para essa análise de sensibilidade como a variável de risco. Assim, a Companhia estima no cenário provável uma Selic próxima de 12,50%, a TJLP em 5,5% e o CDI em 11,57%.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada, respectivamente (cenários II - possível e III - remoto). Para efeitos dessa análise de sensibilidade, foram considerados os ajustes a pagar somente das próximas datas de vencimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				Controladora
				2014
Empréstimos Indexador:	Valor Contábil	Conforme taxa efetiva	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
TJLP + 3,30% a 7,00%	(146)	(16)	(20)	(24)
TJLP + 3,00%	(3.495)	(297)	(371)	(446)
Tx Res. 635 + 2,8% (**)	(18)	(3)	(4)	(5)
100% CDI + 3,78% a 5,38%	(20.477)	(3.307)	(4.134)	(4.961)
100% CDI + 3,30%	(8.786)	(1.306)	(1.633)	(1.959)
100% SELIC + 4,00% a 4,50%	(22.517)	(3.580)	(4.475)	(5.370)
100% CDI + 3,85% a 5,00%	(5.028)	(804)	(1.005)	(1.206)
100% CDI + 3,85% a 4,60% (*)	(8.890)	(1.405)	(1.756)	(2.108)
100% CDI + 4,91%	(2.000)	(330)	(413)	(495)
	(71.357)	(11.048)	(13.811)	(16.574)
Aplicações Financeiras Indexador:				
90% a 100,50% CDI	433	50	62	75
Exposição Líquida	(70.924)	(10.998)	(13.749)	(16.499)
(Aumento) / redução nas despesas financeiras anuais			(2.751)	(5.501)

				2014
Empréstimos Indexador:	Valor Contábil	Conforme taxa efetiva	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
TJLP + 3,30% a 7,00%	(824)	(88)	(110)	(132)
TJLP + 3,00%	(6.482)	(551)	(689)	(827)
Tx Res. 635 + 2,80% (**)	(39)	(6)	(8)	(9)
100% CDI + 3,78% a 5,38%	(34.818)	(5.623)	(7.029)	(8.435)
100% CDI + 3,30%	(16.472)	(2.449)	(3.061)	(3.674)
100% Selic + 4,00% a 4,50%	(37.505)	(5.963)	(7.454)	(8.945)
100% CDI + 3,85% a 5,00%	(22.539)	(3.606)	(4.508)	(5.409)
100% CDI + 3,85% a 4,60% (*)	(11.903)	(1.881)	(2.351)	(2.822)
100% CDI + 4,91%	(10.461)	(1.724)	(2.155)	(2.586)
	(141.043)	(21.891)	(27.365)	(32.839)
Aplicações Financeiras Indexador:				
95% SELIC	127	15	19	23
90% a 102,00% CDI	1.890	219	274	329
	2.017	234	293	352
Exposição Líquida	(139.026)	(21.657)	(27.072)	(32.487)
(Aumento) / redução nas despesas financeiras anuais			(5.415)	(10.830)

Consolidado

^(*) Operações de derivativos *SWAP*.

^(**) Resolução 635 - regulamenta os financiamentos do BNDES realizados a partir de recursos captados em moeda estrangeira, sem vinculação a repasses em condições específicas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Gestão de risco de capital

O objetivo principal da Administração de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia e suas controladas administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro 2014 e 2013.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia e suas controladas monitoram o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim demonstrados:

		Controladora	Consolidado		
	2014	2013	2014	2013	
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	151.968	157.209	288.244	281.372	
(-) caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(2.532)	(18.379)	(3.453)	(22.055)	
(-) Ativos Financeiros	(2.712)	-	(5.237)	-	
A - Dívida líquida	146.724	138.830	279.554	259.317	
Total do patrimônio líquido	292.282	303.904	317.672	330.066	
B - Capital e dívida líquida	439.006	442.734	597.226	589.383	
A/B Quociente de alavancagem	33,42%	31,36%	46,81%	44,00%	

(h) Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de determinados ativos e passivos financeiros. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1 Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentadas nas Demonstrações Financeiras, conforme Nível 2:

				Controladora				Consolidado
		2014		2013		2014		2013
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros Instrumentos financeiros derivativos	260	260	7.754	7.754	179	179	7.699	7.699
Passivos financeiros Empréstimos e financiamentos	(151.968) (151.708)	(153.657) (153.397)	(157.209) (149.455)	(158.642) (150.888)	(288.244) (288.065)	(291.449) (291.270)	(281.372) (273.673)	(283.937) (276.238)

Os demais saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 estão registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercados estimados.

5 Instrumento financeiro por categoria

Os instrumentos financeiros por categoria são classificados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ativos				
Valor justo por meio de resultado				
Instrumentos financeiros derivativos	260	7.754	179	7.699
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	66.562	69.555	122.009	122.402
Caixa e bancos	2.099	17.182	2.932	20.155
Aplicações de liquidez imediata	433	1.197	521	1.900
Ativos Financeiros	2.712	-	5.237	-
Dividendos a receber	-	5.866	-	-
Depósito judicial	7.700	8.540	8.476	9.527
Títulos e certificados	3.764	3.536	3.764	3.536
Partes relacionadas	518	-	-	-
Outras contas a receber	61	60	70	60
	84.109	113.690	143.188	165.279
Passivos				
Valor justo por meio de resultado				
Outros passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	151.968	157.209	288.244	281.372
Fornecedores	26.676	37.689	22.675	26.367
Mútuo com controlada	30.815	30.115	-	-
Comissões a pagar	2.235	2.188	4.080	4.047
Dividendos propostos	-	-	-	683
Partes relacionadas	7.783	-	-	-
Outras contas a pagar	992	896	1.066	915
	220.469	228.097	316.065	313.384

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Caixa e contas correntes bancárias Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.099	17.182	2.932	20.155
Certificados de depósitos bancários - CDB	433	1.197	521	1.281
Outros	<u> </u>	<u> </u>		619
	2.532	18.379	3.453	22.055

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações de curto prazo, negociáveis e com alta liquidez no mercado. As aplicações em CDB de liquidez imediata possuem rentabilidade próxima à variação de 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e as aplicações lastreadas em Debêntures rendem 100% do CDI. Os valores apresentados incluem rendimentos incorridos até a data do balanço e no resgate antecipado não haverá cobrança de encargos pela liquidação. O valor a ser resgatado é equivalente ao valor aplicado mais os rendimentos até o momento do resgate.

7 Ativos financeiros

	Controladora	Consolidado
	2014	2014
Numerário em moeda estrangeira	2.712	3.868
Fundo de investimento	-	1.049
Debêntures		320
	2.712	5.237

Os numerários provenientes das receitas de exportações são mantidos em moeda estrangeira aguardando o momento oportuno para conversão, portanto sujeito ao risco cambial. Os fundos de investimento são aplicações preponderantemente em títulos públicos que procura acompanhar a variação do CDI. As debêntures são operações compromissadas nos respectivos títulos que remuneram entre 100% a 100,75% do CDI.

8 Contas a receber

		Controladora	Consolida		
	2014	2013	2014	2013	
Cliente no país	68.956	72.615	132.047	133.484	
Cliente no exterior	5.847	4.821	8.288	7.378	
Provisão para créditos de liquidação					
duvidosa	(8.241)	(7.881)	(18.326)	(18.460)	
	66.562	69.555	122.009	122.402	

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição do contas a receber é como segue:

		Controladora		Consolidado
	2014	2013	2014	2013
A vencer	59.608	62.490	106.731	109.152
Vencidos				
Até 30 dias	4.247	4.137	9.024	6.721
Entre 31 e 60 dias	1.290	1.451	2.088	2.852
Entre 61 e 90 dias	302	477	1.317	1.450
Acima de 90 dias	9.356	8.881	21.175	20.687
	74.803	77.436	140.335	140.862

A movimentação na provisão para crédito de liquidação duvidosa foi como segue:

		Controladora	Consolidad		
	2014	2013	2014	2013	
Saldo no início do exercício	(7.881)	(8.496)	(18.460)	(17.270)	
Adições (Nota 23)	(2.452)	(980)	(4.196)	(4.066)	
Baixas líquidas de reversão	2.092	1.595	4.330	2.876	
Saldo no final do exercício	(8.241)	(7.881)	(18.326)	(18.460)	

9 Estoques

		Controladora		Consolidado
	2014	2013	2014	2013
Produtos acabados	39.109	24.599	60.876	49.037
Produtos em processo	15.808	19.378	26.314	30.967
Matérias-primas	8.319	472	12.017	13.295
Materiais auxiliares	6.515	5.698	13.985	13.878
Importações em andamento	355	367	558	552
Provisão para perdas em estoque	(1.664)	(1.503)	(2.251)	(2.678)
	68.442	49.011	111.499	105.051

A movimentação na provisão para perdas no estoque foi como segue:

		Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013	
Saldos no início do exercício	(1.503)	(4.632)	(2.678)	(6.028)	
Incorporação Cedronorte	(116)	-	(116)	-	
Adições	(151)	-	(649)	-	
Reversão / baixas	106	3.129	1.192	3.350	
Saldos no final do exercício	(1.664)	(1.503)	(2.251)	(2.678)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora			Consolidado
	2014	2013	2014	2013
Circulante				_
ICMS - operações mercantis	-	-	-	6.138
ICMS - aquisição de imobilizado	1.030	201	1.186	698
Impostos sobre vendas em trânsito	280	437	505	742
Pis e Cofins - créditos a recuperar - sobre insumos	365	-	588	1.111
Outros	227	125	714	738
	1.902	763	2.993	9.427
Não circulante				
ICMS - operações mercantis	3.443	4.605	21.014	22.438
ICMS - aquisição de imobilizado	3.531	115	3.677	422
Outros	2.189	133	2.316	248
	9.163	4.853	27.007	23.108

O crédito de ICMS em operações mercantis é considerado pela Administração como realizável no curso normal dos negócios complementado por medidas adicionais de realização. A classificação no ativo não circulante reflete o prazo esperado de realização, segundo as projeções de operações futuras da Companhia e suas controladas. Esse saldo, formado nos últimos anos, decorre da redução da alíquota do imposto incidente sobre as vendas, concedida por incentivo fiscal através do programa PROALMINAS - Programa Mineiro de Incentivo a Cultura do Algodão (artigo 75, inciso VII do Decreto 43.080/02 - RICMS). O benefício gerado em 2014 totalizou R\$ 21.814 (R\$ 23.156 em 2013) e foi registrado no resultado do exercício na rubrica contábil "Deduções de vendas".

A Administração tem adotado as seguintes medidas para evitar o aumento do saldo e possibilitar a realização dos créditos existentes: aquisição de insumos com ICMS diferido; transferência de créditos para terceiros e aquisição de bens de capital, em operações internas. Acordo firmado com fornecedores e regime especial aprovado foram utilizados em 2014 sendo R\$ 6.858 de ICMS utilizado para aquisição de bens de capital.

Em dezembro de 2012, foi publicada a Lei nº 20.540, regulamentada pelo decreto nº 46.131, de 9 de janeiro de 2013, que acrescentou o art. 75-A ao Regulamento do ICMS, o qual limitou a apropriação do crédito presumido de ICMS. Em maio 2013, foi publicada a Resolução 4.547, estabelecendo procedimentos relativo a apuração do crédito presumido do ICMS no trimestre, ficando vedada a apropriação do que exceder ao valor do débito no respectivo período ou a sua transferência para os períodos subsequentes.

11 Partes relacionadas - controladora

Os direitos e obrigações de operações mercantis entre partes relacionadas possuem prazos de 90 dias para recebimento e liquidação podendo ser antecipado conforme fluxo de caixa das empresas. As transações são efetuadas em condições negociadas entre a controladora e suas controladas.

Os contratos de mútuo existentes entre as empresas são remunerados à variação de 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescidos de um *spred* de 2%, com vigência para 360 dias, podendo ser amortizados em prazo inferior para maximizar o fluxo de caixa das empresas. As operações de curto prazo, conta corrente, não são remuneradas e são liquidadas em curtíssimo prazo.

A Companhia e suas controladas são mantenedoras da Associação Beneficente dos Empregados da Cedro e Cachoeira - ABC ("ABC") e Associação Cedro Cachoeira, instituição de fins assistenciais, culturais e recreativos sem qualquer objetivo de lucro, sendo as despesas e contribuições:

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	-	Controladora	-	Consolidado
	2014	2013	2014	2013
Contribuições a ABC	229	343	384	453
Associação Cedro e Cachoeira	423	294	641	384
	652	637	1.025	837

A Companhia e controladas mantém negócios com empresas relacionadas a determinados membros da Administração, adquirindo serviços advocatícios. Os preços dos serviços são acordados entre as partes, sendo que os serviços adquiridos são pagos com base no êxito.

		Controladora	Consolidado		
	2014	2013	2014	2013	
Serviços Advocatícios	87	203	181	413	

Os principais saldos e transações da Companhia com partes relacionadas são os seguintes:

		Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte		ia de Fiação nto Antônio	Cedro Gestão de Ativos S/A	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Saldos						
Contas a receber	-	66	752	180	-	-
Dividendos a receber	-	1.797	-	4.007	-	62
Fornecedores	-	(19)	(12.469)	(23.113)	(363)	-
Mútuo ativo (passivo)	-	(760)	(30.815)	(29.355)	_	-
Conta Corrente líquida	-	-	(7.265)	-	-	-
Transações						
Compras	-	(4.040)	(117.523)	(200.675)	-	-
Vendas	-	499	77.158	69.788	-	-
Despesas financeiras	-	(27)	(2.694)	(2.569)	-	-
Serviços de locação Imóveis	-	-	-	-	2.088	70

12 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

		Consolidado		
	2014	2013	2014	2013
Remuneração do conselho e diretoria	3.197	3.176	4.038	3.852
Gratificação diretoria	-	625	-	724
Participação nos lucros		904		1.084
	3.197	4.705	4.038	5.660

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Títulos e certificados

Em 15 de agosto de 2012, a Justiça Federal expediu sentença definitiva favorável à Companhia, tendo como objeto o ressarcimento de incentivo fiscal do IPI, Crédito-Prêmio do IPI - Fase II (de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985) com emissão de precatório no valor de R\$ 3.994, com base em julho de 2007. A atualização monetária desse saldo montou em R\$ 2.940 até 31 de dezembro de 2014, registrada na rubrica de atualização, totalizando o montante desse crédito em R\$ 6.934.

Baseada em seus assessores especialistas externos, a Administração constituiu provisão a valor de mercado no valor de R\$ 3.170, representando 45% de deságio. Atualmente, o saldo é de R\$ 3.764.

14 Investimentos em controladas

Cia. de Fiação e Tecidos Cedronorte - Incorporada pela Cedro em 31 de março de 2014 (nota 1 - Reestruturação societária)

Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio - Sociedade anônima de capital fechado foi constituída em 12 de janeiro de 1989 e inaugurada em 06 de dezembro de 1997. Instalada na área mineira da Sudene goza de incentivo fiscal de isenção do imposto de renda, 75% sobre o lucro da exploração, até o exercício de 2019.

Cedro Gestão de Ativos S/A - Em 26 de novembro de 2013 a Cedro e a Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio constituíram a sociedade empresária limitada Cedro Gestão de Ativos, transformada em sociedade de anônimo de capital fechado em 28 de março de 2014. A Companhia possui 28.100 quotas e sua controlada Santo Antônio possui 20 quotas.

As principais informações sobre as participações em empresas controladas em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são sumarizadas como segue:

Informações das controladas

	(Cedronorte			Santo	Antônio		Ceo	dro Gestão	
	31/03/2014	31/12/2013		31/12/2014		31/12/2013	_	31/12/2014	31/12/2013	
Milhares de ações possuídas pela Companhia										
Ordinárias - sem valor nominal	4.195	4.195		610.920		610.920		_	_	
Preferenciais - sem valor nominal	5.805	5.805		389.080		289.080		-	_	
Quotas - valor nominal R\$ 1.000,00	-	-		-		-		28.161	28.100	
Participação da Companhia										
No capital social integralizado	100,00%	100,00%		85,435%		85,435%		99,93%	99,93%	
No capital votante	100,00%	100,00%		100,00%		100,00%		99,93%	99,93%	
Patrimônio líquido	58.479	57.175		174.321		179.623		18.050	28.120	
Patrimônio incorporado pela Cedro e Cachoeira em 31 de março de 2014 Lucros não realizados em operações ascendentes	(58.479)	-		-		-		-	-	
(Upstream)	_	(11)		(98)	(3)	(626)		_	_	
Patrimônio Líquido ajustado	-	57.164		174.223	()	178.997		18.050	28.120	
Lucros não realizados em operações descendentes				(100)	(2)					
(Downstream)	-	-		(106)	(3)	-		-	-	
Saldo do investimento	-	57.164		148.741		152.926		18.037	28.100	
Lucro (prejuízo) líquido do período/exercício	1.304(4)	8.841	(1)	(5.302)		21.190	(1)	1.497	62 (2	(
Lucros não realizados - venda para a controladora	11	1.565		528		1.565		-	-	
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	1.315	10.406		(4.774)	(3)	22.755		1.497	62	
Equivalência total	1.315	10.406		(4.079)	-	19.441	_	1.496	62	

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (¹) Corresponde ao período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2013.
- (2) Corresponde ao mês de dezembro de 2013.
- (3) Equivalência da Santo Antônio com 100% das operações descendentes e 85,435% das operações ascendentes.
- (4) Corresponde ao período de 3 meses findo em 31 de março de 2014.

Movimentação dos investimentos

	Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte	Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	Cedro Gestão de Ativos S/A	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	54.544	139.818		194.362
Dividendos complementares (*)	(5.989)	(2.326)	-	(8.315)
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.797)	(4.007)	(62)	(5.866)
Constituição do Capital Social Cedro Gestão Ativos	-	-	28.100	28.100
Provisão para desvalorização de investimento	-	-	(10.566)	(10.566)
Equivalência patrimonial	10.406	19.441	62	29.909
Saldos em 31 de dezembro de 2013	57.164	152.926	17.534	227.624
Patrimônio Incorporado pela Cedro	(58.479)	-	-	(58.479)
Reversão de dividendos 2013	-	-	62	62
Lucros não realizados em operações descendentes (<i>Downstream</i>)	-	(106)	-	(106)
Dividendos recebidos	-	-	(1.055)	(1.055)
Equivalência patrimonial	1.315	(4.079)	1.496	(1.268)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>-</u>	148.741	18.037	166.778

^(*) Em AGE realizada em 29/04/2013 foram propostos dividendos complementares pela investida de R\$ 8.315 pagos em 06/05/13 e 14/06/2013.

Composição dos investimentos

	2014	2013
Equivalência patrimonial	177.344	238.190
Provisão para desvalorização de investimento	(10.566)	(10.566)
Ágio	835	835
Saldos	167.613	228.459

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O sumário da demonstração financeira da controlada que possui participação de não controladores encerradas em 31 de dezembro de 2014 e 2013 estão assim apresentados:

				Balanço P	atrimonial em 31 d	le dezembro de 2014
			Ativo			Passivo
Empresa Controlada	Participação da controladora	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido
Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	85,44%	125.219	213.906	101.536	63.268	174.321
			Demonstração	do Resultado em	doze meses findo er	n dezembro de 2014
Empresa Controlada	Receita Líquida de Vendas	Lucro Bruto	Despesas Operacionais	Resultado Financeiro	IRPJ/ CSLL	Prejuízo
Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	327.833	22.735	(21.586)	(7.493)	1.042	(5.302)
				Balanço P	atrimonial em 31 d	le dezembro de 2013
			Ativo			Passivo
<u>Empresa</u> <u>Controlada</u>	Participação da controladora	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido
Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	85,44%	137.654	201.020	95.080	63.971	179.623
			Demonstração do Re			e dezembro de 2013
Empresa Controlada	Receita Líquida de Vendas	Lucro Bruto	Depesas Operacionais	Resultado Financeiro	IRPJ/ CSLL	Lucro Líquido
Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	424.601	59.173	(28.247)	(3.902)	(5.834)	21.190

15 Propriedades para investimento

O imóvel de 20.153m² localizado no município de Sete Lagoas-MG, está avaliado a valor justo em R\$ 2.850 (R\$ 2.938 em 2013). Para avaliação do imóvel em atendimento a Lei nº 11.638/2007, CPC nº 28 "Propriedade para Investimentos" e IAS 40, foi contratada a empresa APC - Avaliações Patrimoniais e Consultoria S/C Ltda., CNPJ 01.447.086/0001-68, registro no CREA 20.944/96 e registro no IBAPE (Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias) nº 472, especialista no campo de avaliações de bens móveis e imóveis em geral.

O método adotado pela APC para a avaliação do terreno consiste no método comparativo, através do confronto de dados de mercado, por entenderem como o mais indicado para o caso presente. O método é comparativo, porquanto a pesquisa de mercado realizada foi dirigida no sentido da apuração de valores médios, unitários básicos, praticados e/ou propostos para terrenos semelhantes e/ou comparáveis ao objeto de avaliação, quanto a sua localização e situação, sua topografia, seus serviços públicos essenciais, suas medidas e áreas, com destaque para o grau de aproveitamento dos mesmos, dentre outros fatores secundários, os quais pudessem vir a influir, direta ou indiretamente, na valorização ou desvalorização dos terrenos avaliados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Imobilizado

						Controladora
	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, móveis e utensílios	Terrenos	Obras em andamento	Total
Custo ou avaliação Em 31 de dezembro de 2012	81.081	172,229	8.723	44.869	6.345	313,247
				44.809		
Adições	6	316	312	-	18.193	18.827
Alienações e baixas	(1.4.200)	(2.537)	(40)	(6,000)	-	(2.577)
Transferências para Investimentos Transferências	(14.288)	4 1 4 2	4.237	(6.000)	(0.650)	(20.288)
	279	4.143 174.151	13.232	38.869	(8.659) 15.879	200 200
Em 31 de dezembro de 2013	67.078			38.869		309.209
Adições	7	168	51	-	10.093	10.319
Alienações e baixas	(46)	(5.741)	(6.449)	(5)	-	(12.241)
Incorporação Cedronorte	24.766	58.961	408	4.814	9.273	98.222
Transferências	4.209	11.506	12.234		(27.949)	
Em 31 de dezembro de 2014	96.014	239.045	19.476	43.678	7.296	405.509
Donwasia são a aumula da						
Depreciação acumulada Em 31 de dezembro de 2012	(25 720)	(117.887)	((192)			(140,900)
	(25.739)	(1117)	(6.183)	 _		(149.809)
Depreciação	(2.018)	(4.201)	(382)	-	-	(6.601)
Transferências para Investimentos	2.754	-	-	-	-	2.754
Alienações e baixas		2.190	35			2.225
Em 31 de dezembro de 2013	(25.003)	(119.898)	(6.530)		-	(151.431)
Depreciação	(2.264)	(5.528)	(2.395)	-	-	(10.187)
Incorporação Cedronorte	(7.760)	(31.742)	(276)	-	-	(39.778)
Alienações e baixas	9	5.208	1.520		_	6.737
Em 31 de dezembro de 2014	(35.018)	(151.960)	(7.681)			(194.659)
Valor residual líquido						
Em 31 de dezembro de 2014	60.996	87.085	11.795	43.678	7.296	210.850
Em 31 de dezembro de 2013	42.075	54.253	6.702	38.869	15.879	157.778

						Consolidado
	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, móveis e utensílios	Terrenos	Obras em andamento	Total
Custo ou avaliação						
Em 31 de dezembro de 2012	167.878	389.654	10.394	61.631	19.448	649.005
Adições	4	178	456	-	38.314	38.952
Alienações e baixas	(341)	(11.960)	(46)	-	(404)	(12.751)
Transferência para investimento	(2.755)	-	-	-	-	(2.755)
Transferências	3.181	13.883	5.619		(22.683)	
Em 31 de dezembro de 2013	167.967	391.755	16.423	61.631	34.675	672.451
Adições	12	884	310	150	32.400	33.756
Alienações e baixas	(46)	(8.938)	(6.453)	(442)	-	(15.879)
Transferências	4.491	42.137	12.234		(58.862)	
Em 31 de dezembro de 2014	172.424	425.838	22.514	61.339	8.213	690.328
Depreciação acumulada						
Em 31 de dezembro de 2012	(45.876)	(237.939)	(7.254)	-	-	(291.069)
Depreciação	(3.707)	(9.225)	(519)		-	(13.451)
Transferência para investimento	2.755	-	` <u>-</u>	-	-	2.755
Alienações e baixas	-	10.882	38	-	-	10.920
Em 31 de dezembro de 2013	(46.828)	(236.282)	(7.735)	-	-	(290.845)
Depreciação	(3.858)	(9.650)	(2.718)	-	-	(16.226)
Alienações e baixas	9	8.329	1.523	-	-	9.861
Em 31 de dezembro de 2014	(50.677)	(237.603)	(8.930)		-	(297.210)
Valor residual líquido						
Em 31 de dezembro de 2014	121.747	188.235	13.584	61.339	8.213	393.118
Em 31 de dezembro de 2013	121.139	155.473	8.688	61.631	34.675	381.606

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Custos de empréstimos capitalizados

Os principais projetos da Companhia e suas controladas incluem a compra e instalação de engomadeira de fios West Point, Vaporizador de Fios BR-Q-4P, filtro de gases Laudati, modernização dos Vaporizadores do Alvejamento, automação do sistema de preparo de Soda para as Mercerizadeiras. Para conclusão desses projetos a Companhia e suas controladas utilizam recursos obtidos junto a terceiros e capitaliza os juros durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Em 31 de dezembro de 2014, foram capitalizados R\$ 721 (R\$ 512 em 2013), na controladora e R\$ 2.141 (R\$ 1.100 em 2013) no consolidado. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos capitalizados foi de 0,55% a.m, que representa a taxa efetiva média dos empréstimos.

Revisão das vidas úteis

Engenheiros e técnicos têxteis da Companhia elaboraram laudo de revisão de vida útil dos bens, consideraram o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, recomendações e manuais de fabricantes e taxa de vivência dos bens. Historicamente, a Companhia não efetua a alienação de seus principais itens do imobilizado, senão na forma de sucata, quando o valor residual dos itens do imobilizado é considerado próximo de zero.

A estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado está demonstrada no quadro a seguir:

	Taxa anual d	le depreciação
Itens do imobilizado	2014	2013
Edificações e benfeitorias	2,20%	2,17%
Veículos	17,14%	3,30%
Máquinas, equipamentos e instalações	2,27%	2,35%
Móveis e utensílios	3,31%	3,03%

17 Intangível

		Cor	ntroladora			Co	onsolidado
	Vida	útil definida		Vida útil indefinida	Vida	útil definida	
	Marcas e	Softwares			Marcas e	Softwares	
Custo	patentes	e licenças	Total	Ágio	patentes	e licenças	Total
Em 31 de dezembro de 2011	843	8.831	9.674	1.592	2.142	13.256	16.990
Adições	<u> </u>	244	244	-	-	244	244
Em 31 de dezembro de 2012	843	9.075	9.918	1.592	2.142	13.500	17.234
Adições		399	399			399	399
Em 31 de dezembro de 2013	843	9.474	10.317	1.592	2.142	13.899	17.633
Adições		514	514			514	514
Incorporação Cedronorte	490	415	905	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2014	1.333	10.403	11.736	1.592	2.142	14.413	18.147
Amortização acumulada							
Em 31 de dezembro de 2011	(451)	(5.562)	(6.013)	(758)	(1.329)	(9.970)	(12.057)
Amortização	(80)	(1.272)	(1.352)		(209)	(1.284)	(1.493)
Em 31 de dezembro de 2012	(531)	(6.834)	(7.365)	(758)	(1.538)	(11.254)	(13.550)
Amortização	(75)	(1.060)	(1.135)		(204)	(1.064)	(1.268)
Em 31 de dezembro de 2013	(606)	(7.894)	(8.500)	(758)	(1.742)	(12.318)	(14.818)
Amortização	(172)	(729)	(901)		(264)	(730)	(994)
Incorporação Cedronorte	(441)	(414)	(855)		<u> </u>		
Em 31 de dezembro de 2014	(1.219)	(9.037)	(10.256)	(758)	(2.006)	(13.048)	(15.812)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro de 2014	114	1.366	1.480	834	136	1.365	2.335
Em 31 de dezembro de 2013	237	1.580	1.817	834	400	1.581	2.815
Em 31 de dezembro de 2012	312	2.241	2.553	834	604	2.246	3.684

Os ativos intangíveis com vida útil definida são representados por marcas e patentes e direitos de utilização de software adquiridos junto a empresas especializadas, por programas adaptados para uso da Companhia baseados em softwares

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

existentes no mercado. A amortização é calculada de forma linear em 10 e 5 anos, respectivamente.

18 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Cedro possuem cláusulas restritivas de vencimento antecipado não financeiras que contemplam, dentre elas: (a) questões relacionadas ao não atendimento das garantias dadas nos empréstimos; (b) alteração do Objeto Social da Companhia ou de qualquer um das garantidoras, exceto se devidamente comunicado ao credor; (c) a incorporação, fusão ou cisão da Cedro; (d) encerramento das atividades da Companhia, pedido ou decretação de falência, insolvência civil ou recuperação extrajudicial que não seja devidamente elidida no prazo legal; (e) questões relacionadas à inadimplência dos valores devidos.

						(Controladora
					2014		2013
Modalidades	Moeda/ indexador	Vencimento final	Encargos financeiros anuais (%)	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cédula de Crédito Bancário - Ativo Fixo - TJLP Contrato de Abertura de Crédito	R\$	2015 - 2020	TJLP + 3,30% e 7,00%	124	22	716	145
Fixo - Cap. Giro - TJLP	R\$	2015	TJLP + 3.00%	3.495	_	5.997	3.480
Proim / Proinvest	IPCA	2015	6%	799	_	751	747
Cédula de Crédito Industrial -	H C/1	2013	Tx. Res 635 +	122		751	, .,
Finame Res 635 (³) Cédula de Crédito Industrial - FNE	R\$	2015	2,8%	18	-	95	15
(¹) Cédula de Crédito Industrial -	R\$	2019	8,24% a 9,78%	1.281	1.897	-	-
Finame PSI Nota de Crédito à Exportação -	R\$	2023	2,50% a 5,50% 100% CDI +	1.875	9.288	734	4.165
Cap. Giro Nota de Crédito à Exportação -	R\$	2015	3,78% a 5,38%	9.144	11.333	9.902	3.111
Cap. Giro Cédula de Crédito Industrial - Cap.	R\$	2016	12,9% 100% CDI +	1.762	1.167	740	2.917
Giro Cédula de Crédito Bancário - Cap.	R\$	2016	3,30% 100% selic +	4.609	4.177	363	7.667
Giro Cédula de Crédito Bancário - Cap.	R\$	2016	4,00% a 4,50% 100% CDI +	10.586	11.931	14	12.000
Giro Adiantamento de contrato de	R\$	2017	3,85% a 5,00%	5.028	-	-	-
câmbio	US\$	2017	3,95%	6.388	9.562	9.805	-
Emprestimo Internacional - 4131 Cédula de Crédito Bancário - Cap.	US\$	2014	6,23% (Tx+IR)	-	-	31.218	-
Giro Conta Garantida	US\$	2017	1,86% 100 CDI +	1.653	4.475	-	-
	R\$	2015	4,91%	2.000	-	4.935	_
Vendor	R\$	2015	11,95% a.a	49.354	-	57.692	-
				98.116	53.852	122.962	34.247

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

							Consolidado
					2014		2013
Modalidades	Moeda/ indexador	Vencimento final	Encargos financeiros anuais (%)	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cédula de Crédito Bancário - Ativo Fixo - TJLP Contrato de Abertura de Crédito Fixo - Cap. Giro -	R\$	2015-2020	TJLP + 3,30% a 7,00%	265	559	982	837
TJLP	R\$	2015	TJLP + 3,00%	6.482	-	11.122	6.454
Proim / Proinvest	IPCA	2015	6%	799	_	1.281	748
Cédula de Crédito Industrial - Finame Res 635(³)	R\$	2015	Tx.Res 635 + 2,8%	39	-	112	18
Cédula de Crédito Industrial - FNE (¹)	R\$	2021	8,24% a 9,78%	4.921	24.053	4.464	21.687
Cédula de Crédito Industrial - Finame PSI (²)	R\$	2023	2,50% a 5,50%	3.258	16.710	3.084	18.066
Nota de Crédito à Exportação - Cap. Giro Nota de Crédito à Exportação	R\$ R\$	2015	100% CDI + 3,78% a 5,38%	20.762	14.056	12.992	5.056
- Cap. Giro Cédula de Crédito Industrial -	R\$	2016	12,9%	3.525	2.333	1.479	5.833
Cap. Giro Cédula de Crédito Bancário -	R\$	2016	100% CDI + 3,30% 100% SELIC +	8.641	7.831	30	25.000
Cap. Giro Cédula de Crédito Bancário -	R\$	2016	4,00% a 4,5% 100% CDI + 3,85% a	18.125	19.380	682	14.375
Cap. Giro Cédula Rural Pignoratícia -		2017	5,00%	13.650	8.889	10.069	-
Cap. Giro Adiantamento de contrato de	R\$	2015	5,50%	5.136	-	-	-
câmbio Cédula de Crédito à	US\$ US\$	2017	3,95%	6.388	9.562	9.805	-
Exportação - Cap.Giro Emprestimo Internacional -	US\$	2014	100 % CDI + 1,50%	-	-	2.044	-
4131 Cédula de Crédito Bancário -	US\$	2014	6,23%(Tx+IR)	-	-	31.218	-
Cap. Giro	7 .0	2017	1,86%	1.653	4.475	-	-
Conta Garantida	R\$	2015	100 CDI + 4,91%	10.461	-	4.935	-
Vendor	R\$	2015	11,95%	76.291		88.999	
				180.396	107.848	183.298	98.074

⁽¹) FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

As parcelas do passivo não circulante em 31 de dezembro de 2014 e 2013, incluindo os juros futuros até a data contratual de pagamento, vencem como segue:

		Controladora	(Consolidado
	2014	2013	2014	2013
2015	-	24.247	-	54.422
2016	42.366	13.810	74.052	36.462
2017	11.865	848	22.371	8.974
2018	2.147	812	10.168	8.371
2019	2.060	776	9.084	7.277
2020 a 2023	1.550	560	5.533	1.550
	59.988	41.053	121.208	117.056

A Companhia presta aval a financiamentos de suas controladas, no montante de R\$ 42.145 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 35.597 em 2013). Os financiamentos são garantidos por notas promissórias e bens do imobilizado no valor contábil consolidado de R\$ 169.424 (R\$ 142.323 em 2013).

⁽²⁾ PSI - Programa BNDES de Sustentação do Investimento.

⁽³⁾ Resolução 635 - regulamenta os financiamentos do BNDES realizados a partir de recursos captados em moeda estrangeira, sem vinculação a repasses em condições específicas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Provisão para riscos

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências trabalhistas e tributárias para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisou suas estimativas e considerou as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a estes processos.

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas apresentavam os seguintes passivos e os correspondentes depósitos judiciais relacionados a riscos:

					C	ontroladora
	2013	Incorporação Cedronorte	Adições	Baixas	Atualizações	2014
Tributárias:						
IOF	14	-	-	-	-	14
PIS e COFINS	845	178	64	-	-	1.087
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	2.396					2.396
	3.255	178	64	-	-	3.497
Trabalhistas:	98	-	66	(59)	-	105
Total das provisões para riscos	3.353	178	130	(59)		3.602
Depósitos judiciais	(3.000)	(178)	(48)	79	(70)	(3.217)
	353	-	82	20	(70)	385

					Consolidado
	2013	Adições	Baixas	Atualizações	2014
Tributárias:					
IOF	14	-	-	-	14
PIS e COFINS	1.641	103	-	-	1.744
Multa Setor Aduaneiro	396	181	-	-	577
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	2.396	-	-	-	2.396
	4.447	284		-	4.731
Trabalhistas	307	132	(89)	-	350
Total das provisões para riscos	4.754	416	(89)	_	5.081
Depósitos judiciais	(3.921)	(64)	106	(114)	(3.993)
	833	352	17	(114)	1.088

PIS e Cofins

Valores sobre a exclusão do ICMS de vendas da base de cálculo do PIS e da COFINS, nos meses de setembro, outubro e novembro de 2006, cujo montante foi depositado judicialmente. A ação continua em andamento, porém a partir de dezembro de 2006 a Administração da Companhia decidiu recolher as contribuições pelo valor integral.

Contribuição Social

Orientada pelos seus consultores jurídicos na interpretação da Lei nº 11.941/09 - REFIS IV, a Companhia registrou a atualização dos depósitos judiciais da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para fazer o abatimento da contribuição devida. Diante de pronunciamento da Receita Federal do Brasil contrário a atualização dos depósitos, a Companhia decidiu pelo registro da provisão e aguarda o momento da consolidação dos débitos para analisar as medidas judiciais cabíveis no sentido de obter a compensação dos depósitos atualizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outras demandas judiciais

Encontram-se também em andamento ações indenizatórias de natureza tributária, cível e trabalhista movidas contra a Companhia e suas controladas, que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, deverão ser julgadas improcedentes. Destas ações, aproximadamente R\$ 10.683 na controladora (R\$ 14.216 no consolidado) tem seu desfecho considerável possível, para as quais não foi constituída uma provisão. Destes valores, R\$ 578 na controladora, (R\$ 1.211 no consolidado) referem-se a ações de natureza trabalhista, indenizatórias. Ações de natureza fiscal montam em R\$ 9.010 na controladora (R\$ 11.784 no consolidado), sendo que no consolidado R\$ 3.793 refere-se a encargos sobre participação nos lucros dos administradores e seguro de vida em grupo. As ações de natureza cível são referentes a danos materiais, lucros cessantes e ações de caráter indenizatório no montante de R\$ 1.095 na controladora (R\$ 1.221 no consolidado).

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizado em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação. Os depósitos judiciais só podem ser movimentados mediante ordem judicial.

Os depósitos são atualizados monetariamente de acordo com as regras específicas de cada tribunal e, como são utilizados como garantia, podem ser levantados pela parte vencedora. Assim, se a Companhia não obtiver êxito no processo, os valores depositados serão convertidos em renda da Fazenda Pública ou utilizados para deduzir o valor do passivo correspondente, caso houver. Do contrário, se a decisão for favorável à Companhia, há possibilidade de resgate dos depósitos.

20 Capital social e reservas

(a) Capital social

O capital social está representado por 5.707.104 ações ordinárias com direito a voto e 4.292.896 ações preferenciais sem direito a voto perfazendo o total de 10.000.000, todas escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações sociais. O número de votos, por acionista, é limitado a 5% do total das ações ordinárias do capital, por determinação estatutária. As ações preferenciais não têm direito a voto e conferem a seus detentores direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendos, além do direito de serem incluídas em oferta pública de alienação de controle.

As ações preferenciais adquirirão o exercício de direito de voto se a Companhia, pelo prazo de três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso.

(b) Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se aos ajustes do custo atribuído de itens do imobilizado da Companhia e a equivalência desses ajustes nas controladas, cuja realização ocorre através da depreciação e baixa, com a correspondente transferência para a conta de Lucros acumulados.

(c) Reservas de lucros

- (i) Reserva legal representa a apropriação de 5% do lucro líquido do ano, até o limite de 20% do capital social.
- (ii) Reserva estatutária (para o desenvolvimento) representa a apropriação de 5% do lucro líquido do ano como determinado no estatuto, até o limite de 20% do capital social, a ser utilizada na aquisição de bens do ativo permanente ou em novos investimentos da Companhia.
- (iii) Reserva de retenção de lucros tem o objetivo de atender as necessidades de recursos para custear os projetos de investimentos em obras de expansão e modernização. É constituída com base no orçamento de capital da Companhia, a ser apresentado à Assembleia Geral Ordinária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Dividendos propostos

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária brasileira e o estatuto. O cálculo do dividendo é assim demonstrado: os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados no balanço patrimonial de 2014 e 2013 como obrigações legais (provisões no passivo circulante) e os dividendos em excesso a esse mínimo como reserva de dividendos em linha especial na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

		Controladora
	2014	2013
Lucro (prejuízo) líquido do exercício da Controladora	(9.622)	13.004
Realização do custo atribuído	2.075	2.236
Absorção do prejuízo	(7.547)	
Base de cálculo dos dividendos	<u> </u>	15.240
Distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u></u>	3.810
Adiantamento de dividendo pago no exercício	-	4.000
Complemento de dividendo pago no exercício seguinte	<u> </u>	2.000
Total de dividendos pagos por conta do exercício	<u> </u>	6.000
Percentual do dividendo sobre a base	<u>-</u>	39,4%
		Consolidado
	2014	Consolidado 2013
Lucro (arrivías) líquido do aversísio do controledo Componhio	2014	Consolidado 2013
Lucro (prejuízo) líquido do exercício da controlada Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	(5.302)	
		2013
de Fiação e Tecidos Santo Antônio	(5.302)	2013 21.190
de Fiação e Tecidos Santo Antônio Realização do custo atribuído	(5.302) 266	2013 21.190
de Fiação e Tecidos Santo Antônio Realização do custo atribuído Absorção do prejuízo	(5.302) 266	2013 21.190 321
de Fiação e Tecidos Santo Antônio Realização do custo atribuído Absorção do prejuízo Constituição das reservas legal e de incentivos fiscais (*)	(5.302) 266	2013 21.190 321 - (2.751)
de Fiação e Tecidos Santo Antônio Realização do custo atribuído Absorção do prejuízo Constituição das reservas legal e de incentivos fiscais (*) Base de cálculo dos dividendos	(5.302) 266	2013 21.190 321 (2.751) 18.760

(*) A Companhia goza de incentivo fiscal de isenção de imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração sobre a capacidade total prevista nos projetos de implantação e de modernização do empreendimento, os benefícios gerados são registrados contabilmente na demonstração do resultado e submetidos à constituição de reserva de lucros. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

21 Informações por segmento e receita

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem somente um segmento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Receita

A composição das vendas brutas nos mercados interno e externo é como segue:

		Controladora		Consolidado
	2014	2013	2014	2013
Receita bruta				
Vendas mercado interno	461.438	456.175	664.559	691.447
Vendas mercado externo	11.007	8.824	16.675	15.512
	472.445	464.999	681.234	706.959
Deduções de vendas				
ICMS, PIS, COFINS e INSS	(80.053)	(85.744)	(108.599)	(113.980)
Devoluções e abatimentos	(3.975)	(5.610)	(8.662)	(8.539)
Receita líquida	388.417	373.645	563.973	584.440

23 Despesas por natureza

		Controladora		Consolidado
	2014	2013	2014	2013
Salários, incluindo custo de rescisões	45.088	36.131	77.725	70.487
Participações dos empregados	-	528	-	1.028
Benefícios	13.552	10.248	24.319	21.182
Custos previdenciários e FGTS	7.661	6.008	13.455	12.025
Matéria-prima e materiais de consumo	205.788	240.165	273.228	277.620
Energia elétrica	22.594	16.160	36.684	37.348
Combustíveis	16.327	15.668	23.710	23.898
Manutenções/ serviços de terceiros	13.209	13.858	19.422	20.846
Depreciações e amortizações (Notas 16 e 17)	11.088	7.736	17.220	14.719
Comissões	7.329	7.202	12.294	12.759
Fretes	13.497	11.350	22.446	25.299
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				
(Nota 7)	2.452	980	4.196	4.066
Outras despesas	17.885	13.125	25.028	20.229
	376.470	379.159	549.727	541.506
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos	331.926	337.450	478.636	474.268
Custo de ociosidade	2.982	-	5.971	-
Despesas comerciais	26.958	24.461	44.896	44.487
Despesas gerais e administrativas	14.604	17.248	20.224	22.751
	376.470	379.159	549.727	541.506

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Outras receitas (despesas) líquidas

		Controladora		Consolidado
Outras Receitas	2014	2013	2014	2013
Venda de energia elétrica	4.951	278	7.620	1.348
Avaliação a valor justo de ativo imobilizado (*)	-	10.566	-	-
Receita na venda de imobilizado	3.837	236	6.021	996
Reversão de provisões	191	2.049	1.149	2.674
Outras receitas	464	448	893	600
	9.443	13.577	15.683	5.618
Outras Despesas				_
Provisão para perdas	(556)	(257)	(1.298)	(408)
Despesas tributárias	(3.249)	(838)	(4.549)	(1.672)
Provisão para desvalorização de investimento (**)	-	(10.566)	-	-
Custos na venda de imobilizado	(5.504)	(352)	(6.018)	(1.025)
Custo com energia	(845)	-	(1.147)	-
Outras despesas	(225)	(39)	(225)	(110)
	(10.379)	(12.052)	(13.237)	(3.215)
	(936)	1.525	2.446	2.403

^(*) Avaliação a valor justo do ativo imobilizado transferido através de integralização de capital na Cedro Gestão de Ativos S/A.

25 Resultado financeiro

		Controladora_		Consolidado
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras				
Descontos ativos	111	126	160	169
Receita de aplicações financeiras	182	233	302	557
Juros recebidos de clientes	1.469	1.066	2.214	1.683
Atualização de Depósitos Judiciais e do Precatório	612	575	1.105	991
Outras receitas financeiras	138	232	241	387
	2.512	2.232	4.022	3.787
Variações cambiais				
Resultado com instrumentos derivativos	6.411	10.111	6.417	10.111
Variações cambiais ativas	7.606	7.193	9.399	9.985
	14.017	17.304	15.816	20.096
	16.529	19.536	19.838	23.883
Despesas financeiras				
Despesas financeiras - controladas	(2.714)	(2.596)	_	_
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(2.824)	(2.690)	(4.363)	(4.271)
Juros e encargos sobre financiamentos	(11.041)	(6.369)	(21.030)	(12.514)
Descontos concedidos	(102)	(119)	(166)	(210)
Outras despesas financeiras	(2.282)	(1.141)	(2.784)	(1.691)
	(18.963)	(12.915)	(28.343)	(18.686)
Variações cambiais				
Resultado com instrumentos derivativos	(7.572)	(6.284)	(7.670)	(6.339)
Variações cambiais passivas	(8.790)	(12.805)	(10.099)	(15.758)
	(16.362)	(19.089)	(17.769)	(22.097)
	(35.325)	(32.004)	(46.112)	(40.783)
	(18.796)	(12.468)	(26.274)	(16.900)

^(**) Provisão para desvalorização de investimento na Cedro Gestão de Ativos S/A para retomar ao valor histórico contábil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Imposto de renda e contribuição social

(a) A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está descrita a seguir:

			Cor	ntroladora
	Impost	to de renda	Contribu	ição social
	2014	2013	2014	2013
Lucro (prejuízo) antes do imposto, contribuição social e participações	(12.250)	8.747	(12.250)	8.747
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da	2370	23%	970	970
legislação Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:	3.063	(2.187)	1.103	(787)
Equivalência patrimonial	(317)	7.486	(114)	2.695
Outros	34	(404)	23	(74)
IR e CSLL ajustados	2.780	4.895	1.012	1.834
PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador	-	2	-	-
Constituição de crédito tributário sobre Prejuízo fiscal e base	2.780	4.897	1.012	1.834
negativa de anos anteriores	-	469	-	167
Créditos tributários não reconhecidos contabilmente	(940)	(2.377)	(224)	(733)
IR e CSLL efetivos	1.840	2.989	788	1.268
Parcela corrente	7	(72)	(27)	-
Parcela diferida	1.833	3.061	815	1.268
				onsolidado
		to de renda		ição social
Lucro (mojuízo) entes de imposte, contribuiçõe social e	2014	2013	2014	2013
Lucro (prejuízo) antes do imposto, contribuição social e participações	(13.620)	22.777	(13.620)	22.777
participações Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da	(13.620)	22.777	(13.620)	22.777
participações Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:	(13.620)	22.777	(13.620)	22.777
participações Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva: Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada nas controladas	(13.620)	22.777	(13.620)	22.777
participações Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva: Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada nas controladas Reversão de IR e CS diferidos por previsão de incorporação da	(13.620) 25% 3.405	22.777 25% (5.694) 2.967	(13.620)	22.777 9% (2.050)
participações Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva: Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada nas controladas Reversão de IR e CS diferidos por previsão de incorporação da Cedronorte (*)	(13.620) 25% 3.405 (735)	22.777 25% (5.694) 2.967 (1.471)	(13.620) 9% 1.226	22.777 9% (2.050) - (1.685)
participações Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva: Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada nas controladas Reversão de IR e CS diferidos por previsão de incorporação da Cedronorte (*) Outros	(13.620) 25% 3.405 (735)	22.777 25% (5.694) 2.967 (1.471) (667)	(13.620) 9% 1.226	22.777 9% (2.050) - (1.685) (380)
participações Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva: Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada nas controladas Reversão de IR e CS diferidos por previsão de incorporação da Cedronorte (*) Outros IR e CSLL ajustados	(13.620) 25% 3.405 (735) 282 2.952	22.777 25% (5.694) 2.967 (1.471) (667) (4.865)	(13.620) 9% 1.226	22.777 9% (2.050) - (1.685)
participações Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva: Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada nas controladas Reversão de IR e CS diferidos por previsão de incorporação da Cedronorte (*) Outros IR e CSLL ajustados Incentivo SUDENE (Nota 26(d))	(13.620) 25% 3.405 (735) 282 2.952 63	22.777 25% (5.694) 2.967 (1.471) (667) (4.865) 4.593	(13.620) 9% 1.226	22.777 9% (2.050) - (1.685) (380)
participações Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva: Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada nas controladas Reversão de IR e CS diferidos por previsão de incorporação da Cedronorte (*) Outros IR e CSLL ajustados	(13.620) 25% 3.405 (735) 282 2.952 63 2	22.777 25% (5.694) 2.967 (1.471) (667) (4.865) 4.593 174	(13.620) 9% 1.226 - 147 1.373	22.777 9% (2.050) - (1.685) (380) (4.115)
participações Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva: Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada nas controladas Reversão de IR e CS diferidos por previsão de incorporação da Cedronorte (*) Outros IR e CSLL ajustados Incentivo SUDENE (Nota 26(d)) PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador Constituição de crédito tributário sobre Prejuízo fiscal e base	(13.620) 25% 3.405 (735) 282 2.952 63	22.777 25% (5.694) 2.967 (1.471) (667) (4.865) 4.593 174 (98)	(13.620) 9% 1.226	22.777 9% (2.050) (1.685) (380) (4.115)
participações Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva: Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada nas controladas Reversão de IR e CS diferidos por previsão de incorporação da Cedronorte (*) Outros IR e CSLL ajustados Incentivo SUDENE (Nota 26(d)) PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador Constituição de crédito tributário sobre Prejuízo fiscal e base negativa de anos anteriores	(13.620) 25% 3.405 (735) 282 2.952 63 2 3.017	22.777 25% (5.694) 2.967 (1.471) (667) (4.865) 4.593 174 (98) 469	1.226 	22.777 9% (2.050) (1.685) (380) (4.115) (4.115)
participações Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva: Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada nas controladas Reversão de IR e CS diferidos por previsão de incorporação da Cedronorte (*) Outros IR e CSLL ajustados Incentivo SUDENE (Nota 26(d)) PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador Constituição de crédito tributário sobre Prejuízo fiscal e base negativa de anos anteriores Créditos tributários não reconhecidos contabilmente	(13.620) 25% 3.405 (735) 282 2.952 63 2 3.017	22.777 25% (5.694) 2.967 (1.471) (667) (4.865) 4.593 174 (98) 469 (2.377)	1.226 1.226 1.373 1.373 (224)	22.777 9% (2.050) (1.685) (380) (4.115) - (4.115) 167 (733)
participações Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva: Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada nas controladas Reversão de IR e CS diferidos por previsão de incorporação da Cedronorte (*) Outros IR e CSLL ajustados Incentivo SUDENE (Nota 26(d)) PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador Constituição de crédito tributário sobre Prejuízo fiscal e base negativa de anos anteriores	(13.620) 25% 3.405 (735) 282 2.952 63 2 3.017	22.777 25% (5.694) 2.967 (1.471) (667) (4.865) 4.593 174 (98) 469	1.226 	22.777 9% (2.050) (1.685) (380) (4.115) (4.115)
participações Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva: Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada nas controladas Reversão de IR e CS diferidos por previsão de incorporação da Cedronorte (*) Outros IR e CSLL ajustados Incentivo SUDENE (Nota 26(d)) PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador Constituição de crédito tributário sobre Prejuízo fiscal e base negativa de anos anteriores Créditos tributários não reconhecidos contabilmente	(13.620) 25% 3.405 (735) 282 2.952 63 2 3.017	22.777 25% (5.694) 2.967 (1.471) (667) (4.865) 4.593 174 (98) 469 (2.377)	1.226 1.226 1.373 1.373 (224)	22.777 9% (2.050) (1.685) (380) (4.115) - (4.115) 167 (733)

- (*) Devido a incorporação da controlada Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte pela controladora em 31 de março de 2014 (Nota 1), registramos a baixa do crédito fiscal diferido em função da determinação da legislação que prevê a perda do prejuízo fiscal do imposto de renda e da base negativa da contribuição social da incorporada nas operações de incorporação.
- (b) Os tributos diferidos ativos são compostos conforme apresentado abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			C	ontroladora			(Consolidado
	Impos	to de renda	Contrib	ouição social	Impos	sto de renda	Contrib	uição social
Ativo	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Base negativa e								
prejuízos fiscais de								
anos anteriores	51.657	49.951	61.254	58.938	51.657	72.507	61.254	81.061
Base negativa, prejuízo								
fiscal (compensado)		(4.50)		1.50		(2.054)	22.710	(2.005)
no ano calendário	6.713	(170)	7.636	463	21.456	(3.971)	22.549	(2.905)
Reversão por previsão de								
incorporação Cedronorte em 2014						(18.780)		(18.780)
Credito de exercícios	-	-	-	-	-	(16.760)	-	(16.760)
anteriores	_	1.876	562	1.853	_	1.901	562	1.878
Diferenças		1.070	302	1.055		1.501	302	1.070
intertemporais	28.192	17.982	28.192	18.885	32.441	23.254	32.442	24.337
1								
Base de cálculo do								
imposto e contribuição								
social diferidos	86.562	69.639	97.644	80.139	105.554	74.911	116.807	85.591
	1,52% a				1,52% a	1,52% a		
Alíquotas (i)	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Crédito tributário	21.492	17.410	8.788	7.213	23.038	17.789	10.513	7.703
Crédito tributário não								
reconhecido	(0, (00))	(0.750)	(4.041)	(4.017)	(0.600)	(0.750)	(4.041)	(4.017)
contabilmente (ii)	(9.699)	(8.759)	(4.241)	(4.017)	(9.699)	(8.759)	(4.241)	(4.017)
	11.793	8.651	4.547	3.196	13.339	9.030	6.272	3.686
Passivo diferido	(26.238)	(22.658)	(10.144)	(8.157)	(33.511)	(31.603)	(14.710)	(13.492)
Líquido	(14.445)	(14.007)	(5.597)	(4.961)	(20.172)	(22.573)	(8.438)	(9.806)

- (i) As taxas efetivas de imposto de renda das controladas são 1,52% para Cedronorte e 8,14% para Santo Antônio em 2014 (1,52% e 8,14% em 2013, respectivamente). Conforme mencionado na nota 1, em março de 2014 a Cedronorte foi incorporada pela Cedro e Cachoeira, sendo o seu benefício fiscal absorvido pela mesma. Desta forma, a Companhia, também passou a apresentar alíquota efetiva variando entre 1,52% e 25%.
- (ii) O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que os prejuízos fiscais e base negativa sejam absorvidos por futuros lucros tributáveis e que as diferenças temporárias, sobre as quais são calculados, sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. O montante do crédito tributário reconhecido está limitado ao valor que se julga provável de realização em até 2024, conforme estudo aprovado pela Administração da Companhia.

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, descontada a valor presente, base negativa e diferenças intertemporais é demonstrada a seguir:

		Controladora	-	Consolidado
	2014	2013	2014	2013
2014	-	2.641	-	2.772
2015	1.857	2.378	2.348	2.497
2016	402	1.881	1.100	1.988
2017	768	1.695	2.145	1.791
2018	857	1.519	1.202	1.605
2019 a 2024	12.456	1.733	12.816	2.063
	16.340	11.847	19.611	12.716

(c) Os tributos diferidos passivos são compostos conforme apresentado abaixo:

Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Saldo no início do exercício	90.632	105.506	90.632	105.506	149.911	155.232	149.911	155.232
Saldo incorporação Cedronorte	16.893	-	16.893	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído ao imobilizado	(2.707)	(17.951)	(2.707)	(17.951)	(3.096)	(18.551)	(3.096)	(18.551)
Diferença depreciação contábil x fiscal (Parecer normativo nº 1								
de 29/07/2011)	7.899	3.077	7.899	3.077	16.630	13.230	16.630	13.230
Base	112.717 1,52% a	90.632	112.717	90.632	163.445 1,52% a	149.911 1,52% a	163.445	149.911
Alíquotas (i)	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Saldo do imposto diferido	26.238	22.658	10.144	8.157	33.511	31.603	14.710	13.492

⁽i) As taxas efetivas de imposto de renda das controladas são 1,52% para Cedronorte e 8,14% para Santo Antônio em 2014 (1,52% e 8,14% em 2013, respectivamente). Conforme mencionado na nota 1, em março de 2014 a Cedronorte foi incorporada pela Cedro, sendo o seu benefício fiscal absorvido pela mesma. Desta forma, a Companhia, também passou a apresentar alíquota efetiva variando entre 1,52% e 25%.

(d) Subvenções governamentais

As controladas, instaladas na área de atuação da SUDENE, gozam de incentivo fiscal de isenção de imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração sobre a capacidade total prevista nos projetos de implantação e de modernização do empreendimento, os benefícios gerados são registrados contabilmente na demonstração do resultado e submetidos à constituição de reserva de lucros.

Os instrumentos legais que permitem a utilização dos incentivos da Companhia são respectivamente:

- Projeto de implantação (25% até o ano calendário de 2008 e 12,5% a partir de janeiro de 2009 até dezembro de 2013): Laudo Constitutivo do Ministério da Integração Nacional MIT nº 0234/2006, processo da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 13683.000265/2006-11, Despacho Decisório DRF-Curvelo em 08/12/2006; e
- Projeto de Modernização total do empreendimento industrial (75% com vigência a partir do ano-calendário de 2010 até o ano calendário de 2019): Laudo Constitutivo do MIT nº 119/2010 e processo da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 10620.000.494/2010-69, Ato Declaratório Executivo DRF/STL/MG nº 001/2011.

(e) Avaliação dos impactos da Lei 12.973/2014

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), esta foi convertida em Lei nº 12.973/2014 em 13 de maio de 2014 e traz outras providências, dentre elas:

- alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido;
- estabelece que a data da adoção inicial das disposições da Lei nº 12.973/2014, será 1º de janeiro de 2014 para as pessoas jurídicas optantes pela aplicação antecipada dos seus efeitos e 1º de janeiro de 2015, para as não optantes;
- inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos;
- inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A administração não optou pela adoção antecipada das disposições contidas na Lei nº 12.973/2014. A Administração entende que não haverá impactos relevantes para a Companhia e suas controladas.

27 Lucro (prejuízo) por ação

O quadro a seguir estabelece o cálculo de lucros (prejuízos) por ação para nos exercícios de 2014 e 2013 (em milhares, exceto valores por ação):

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			2014			2013
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador Lucro (prejuízo) líquido do período	(5.491)	(4.131)	(9.622)	7.421	5.583	13.004
Denominador Média ponderada do número de ações	5.707	4.293	10.000	5.707	4.293	10.000
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	(0,96)	(0,96)	-	1,30	1,30	-

Não existem instrumentos financeiros ou instrumentos patrimoniais com potencial dilutivo do número de ações da Companhia.

28 Plano de participação no resultado

A Participação nos Lucros é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no Resultado.

O plano de participação dos empregados nos resultados da Companhia é composto de parcela vinculada aos resultados econômico-financeiros, medida através de indicadores, como fluxo de caixa operacional e pelo cumprimento das metas desempenho. No exercício anterior a participação no resultado para os empregados foi de R\$ 528 controladora (R\$ 1.028 consolidado) enquanto para os administradores de R\$ 904 controladora (R\$ 1.084 consolidado). No exercício corrente não houve a distribuição de participação no resultado para os empregados e administradores em função do prejuízo do período.

29 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2014 a cobertura para risco de incêndio, raio e explosão de qualquer natureza totaliza na controladora - R\$ 72.607 (consolidado R\$ 77.592) (2013 - R\$ 72.592, consolidado R\$ 80.601).

30 Transações que não envolvem caixa

Durante os exercícios de 2014 e 2013, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora_		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Capitalização de juros de empréstimos	721	512	2.141	1.100
Aquisição de bens de capital com crédito de ICMS	-	9.966	6.858	11.269
Aquisição de ativos com financiamentos	-	-	1.858	2.230
Compensação de dividendos a receber contra saldo de mútuo a				
pagar de controlada	4.007	-	-	-
Crédito de PIS/COFINS sobre imobilizado	-	-	-	806
Constituição Cedro Gestão de Ativos	-	17.534	-	-

31 Evento subsequente

Em 13 de fevereiro de 2015 ocorreu a liquidação do precatório do Crédito-Prêmio do IPI (nota 13) pelo valor de R\$ 4.302. A Administração da Companhia aguarda procedimentos do advogado patrocinador da ação para recorrer do

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

montante depositado, uma vez que o valor diverge da atualização do título conforme informação preliminar da contadoria da União Federal.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aguinaldo Diniz Filho - Presidente Cristiano Ratton Mascarenhas - Vice-Presidente a partir de 01/01/2015 Amélia Gonzaga Carvalho Silva - Vice-Presidente até 31/12/2014 Silvio Diniz Ferreira Júnior - Secretário André Maurício Miranda Luciana Curi Araújo Mattos Mascarenhas Ricardo dos Santos Júnior Sérgio Rabello Tamm Renault Henrique Diniz Mascarenhas Victor Mascarenhas de Freitas Borges Ricardo Cançado Dias Clarissa Cançado de Lara Resende - até 31/12/2014 Paula Mascarenhas de Freitas Borges - até 31/12/2014 Gustavo Gonzaga de Oliveira - a partir de 01/01/2015 Marcelo de Moura Lara Resende - a partir de 01/01/2015 Marco Aurélio Coelho Vidal - a partir de 01/01/2015

DIRETORIA

Marco Antônio Branquinho Júnior - Diretor Presidente Fábio Mascarenhas Alves - Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores Fabiano Soares Nogueira - Diretor Industrial Luiz César Guimarães - Diretor Comercial Francisco Geraldo Batista Cavalcanti - Diretor de Operações Industriais

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Paulo César Soares - Gerente de Controladoria - Contador CRC-MG 32.041/O-4 Antônio Pereira Filho - Contador CRC-MG 49.896/O-1